



REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO MUNICIPAL - RBDM

83 Revista Brasileira de Direito Municipal (RBDM)
Belo Horizonte, ano 23, n. 83, jan./mar. 2022

Para acessá-la, o usuário deve visitar a [página da biblioteca](#) no portal TCU, realizar o login, selecionar a opção *Biblioteca Digital Fórum* e seguir as instruções.

DOCTRINA

A gestão das emoções dos servidores públicos como agenda prioritária das escolas de governo
Ana Cristina Moraes Warpechowski

Análise do processo de implantação de laboratórios de inovação no setor público
Cinara de Araújo Vila

A concretização do direito fundamental à moradia como fator de justiça social e efetivação constitucional
Camila Rapach, Cristiane da Costa Nery

A importância da outorga onerosa do direito de construir na promoção do adequado ordenamento territorial urbano de Fortaleza
José Luiz da Silva Netto, Lucíola Maria de Aquino Cabral

PGM - Parecer Singular nº 1220. Processo SEI nº 21.0.000050957-1
Prefeitura Municipal de Porto Alegre

JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal - ADI - Constituição do Estado do Amapá - Controle concentrado de constitucionalidade, pelo Tribunal de Justiça local, de leis e atos normativos municipais em face da Constituição Federal - Possibilidade desde que o parâmetro de controle seja de reprodução obrigatória ou quando existir, no âmbito da Constituição Estadual, norma de caráter remissivo à Constituição da República

Superior Tribunal de Justiça - Administrativo - Fundo de Participação dos Municípios (FPM) - Decisão normativa do TCU - Aumento populacional - Índice do IBGE - Adoção de critérios para o mesmo exercício - Ilegalidade - Princípio da anualidade - Dispositivos do Código Tributário Nacional

Superior Tribunal de Justiça - Recurso Especial - Administrativo - Servidor público - Empréstimo consignado - Óbito do consignante - Extinção do débito - Impossibilidade - Inaplicabilidade da Lei nº 1.046/1950 aos servidores públicos municipais - Legislação destinada exclusivamente aos servidores públicos civis federais

Superior Tribunal de Justiça - Administrativo - Improbidade administrativa - Contratação sem concurso público - Sucessivas leis de conteúdo semelhante - Ações de inconstitucionalidade - Recomendações do MP - Dolo caracterizado

Superior Tribunal de Justiça - Direito Tributário - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) - Base de cálculo - Vinculação com Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) - Inexistência - Valor venal declarado pelo contribuinte - Presunção de veracidade - Revisão pelo Fisco - Instauração de processo administrativo - Possibilidade

Tribunal Regional Federal da 5ª Região - Administrativo - Ação Civil Pública - Uso de máquina doada pelo Governo Federal - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Formas de controle diversas - Livre escolha do gestor público - Discricionariedade da Administração - Autonomia do município - Impossibilidade de intervenção do Poder Judiciário

Tribunal Regional Federal da 5ª Região - Constitucional - Administrativo - Ação Civil Pública - Aplicação da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc) - Auxílio emergencial ao setor cultural - Não adesão voluntária de cinco municípios alagoanos - Controle e juridicidade - Impossibilidade - Separação dos Poderes

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - Consulta - Cessão de servidores e de uso de bem público - Interesse público - Possibilidade - Conveniência e oportunidade - Formalização - Convênio - Termo de colaboração - Recursos financeiros - Despesas - Previsão nas leis orçamentárias - Dotação orçamentária específica - Possibilidade de o Poder Legislativo municipal disponibilize servidores públicos efetivos para colaborar com a Polícia Civil na consecução de atividades administrativas

Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Consulta - Lei Complementar nº 173/2020 - Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus - Contingências fiscais - Nomeação para o cargo de assessoramento criado anteriormente à vigência da lei complementar, que se encontra vago e que nunca foi ocupado - Impossibilidade - Situação que não se enquadra à hipótese de reposição de cargo comissionado - Acarretamento de aumento de despesas

Ementário

Tendências Jurisprudenciais